SEGREGAÇÃO OCUPACIONAL ENTRE SOLTEIRAS E CASADAS: O POSSÍVEL IMPACTO DA LICENÇA MATERNIDADE[1]

Eduardo L. G. Rios-Neto[2]
Dulce B. D. Alvarenga Batista[3]

1 INTRODUÇÃO

A taxa de participação feminina na PEA (População Economicamente Ativa) cresceu substancialmente nos últimos 40 anos. Considerando apenas a experiência recente dos anos 70 e 80 obtidas a partir das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), a taxa refinada de atividade (razão entre o número total de mulheres ativas e a população feminina de 10 anos ou mais) passou de 30,25% em 1976 a 35,47% em 1981, chegando 42,66% em 1990. O aumento na taxa de atividade durante este período foi generalizado para todas as mulheres, mas o segmento de mulheres casadas[4] ou em união foi o segmento que apresentou maior taxa de crescimento, uma tendência que é compatível com a experiência observada em vários países de industrialização avançada (Rios-Neto, Wajnman, 1994). Em trabalho que avaliava os determinantes micro da participação das mulheres casadas na PEA, Rios-Neto (1996) constatou o importante impacto negativo da presença de filhos jovens no domicílio, sendo que o maior impacto ocorria precisamente quando o filho mais jovem tinha menos de 1 ano de idade. As mulheres que estão empregadas no setor formal

1 Os autores agradecem o suporte obtido pelo projeto "*A demografia da participação feminina na PEA: a licença maternidade e o cuidado dos filhos*" financiado pelo CNPq, os resultados aqui apresentados fazem parte deste projeto.

2 Professor Titular do Departamento de Demografia e Pesquisador no CEDEPLAR/UFMG.

3 Aluna de Graduação em Ciências Econômicas e bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

4 Neste trabalho utilizaremos o termo "casadas" de maneira flexível, refletindo a totalidade das mulheres em qualquer forma de união conjugal.

da economia (empregadas com carteira) devem sofrer um impacto menor com a presença de filhos jovens no domicílio, comparativamente àquelas ocupadas no setor informal (empregadas sem carteira e trabalhadoras por conta própria), isto porque a licença maternidade viabiliza um afastamento temporário e remunerado do mercado de trabalho sem a posterior perda do emprego.

É possível especular que a licença maternidade tenha contribuído para o aumento da participação feminina na PEA em geral e, particularmente, para o aumento da participação feminina na PEA das mulheres casadas. Obviamente este fator estaria operando conjuntamente a outros fatores tradicionais, como o aumento no nível educacional das mulheres, a queda na fecundidade, o impacto das ações afirmativas e um crescente poder de barganha das mulheres na sociedade. Infelizmente, é muito difícil testar empiricamente o impacto isolado da licença maternidade nesse processo. A regulação da licença maternidade foi alterada mais de uma vez ao longo de nossa história recente. Estas mudanças podem determinar um choque institucional que caracterize um experimento a ser captado empiricamente.

A licença maternidade é concedida às mulheres brasileiras a partir da herança histórica de nossa legislação trabalhista, que remonta ao período Vargas. Em 1974, esse benefício deixou de ser encargo direto do empregador que contrata a gestante, passando a estar a cargo de um instituto previdenciário, custeado pelas contribuições patronais calculadas sobre a folha de pagamento. O empregador paga à gestante os salários e os desconta dos recolhimentos habituais devidos à Previdência Social. Uma segunda alteração ocorreu com a Constituição de 1988, ampliando a licença maternidade de 84 dias para 120 dias.

É possível prever que a primeira mudança institucional tenha sido fundamental para uma queda na segregação ocupacional por gênero, uma vez que os custos diretos de uma eventual gravidez passam a ser arcados pela Previdência Social e não pelo empregador – os empregadores só continuavam com o custo de substituição e treinamento daquelas trabalhadoras gozando da licença maternidade. Um outro tipo de segregação que pode ter vigorado no período anterior a 1974 seria uma segregação por estado civil e nessa linha é plausível que alguns empregadores tenham discriminado as mulheres casadas em idade reprodutiva, beneficiando as solteiras e buscando reduzir o

risco de gravidez fora da união (as chamadas mães solteiras). Se não houvesse uma razão econômica para existir segregação ocupacional entre mulheres casadas e solteiras, então a esfera institucional associada à licença maternidade seria o principal determinante da segregação e o sinal esperado da mudança legal ocorrida em 1974 seria o declínio da segregação ocupacional entre mulheres casadas e solteiras.

Caso os pressupostos acima de ausência de justificativa econômica para uma segregação ocupacional entre casadas e solteiras continuassem válidos, a mudança mais recente com a Constituição, ampliando a duração da licença maternidade de 84 para 120 dias, causaria um aumento na segregação ocupacional entre casadas e solteiras. Isto por causa do aumento no custo indireto de substituição das mães, principalmente no treinamento recrutamento das empregadas temporárias que substituiriam as casadas[5].

Os Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991 retratam realidades que podem estar captando os dois choques institucionais acima mencionados. Caso não houvesse outras razões para que segregação ocupacional entre casadas e solteiras variasse ou até mesmo existisse, então as mudanças nos indicadores de segregação entre 1970 e 1980 refletiriam a mudança de 1974, enquanto as mudanças nos indicadores de segregação entre 1980 e 1991 refletiriam os impactos da mudança imposta pela nova Constituição.

Infelizmente, não é possível inferir que as variações mensuradas resultam exclusivamente dos choques institucionais acima descritos. Deve haver um certo nível de segregação ocupacional entre casadas e solteiras advindo do próprio processo de escolha ocupacional das mulheres, independentemente de uma segregação ocupacional. Por exemplo, há ocupações tipicamente voltadas para as pessoas jovens como a de aprendiz e o segmento de domésticas exercendo a função da babá. Por outro lado, outras ocupações são características de mulheres mais velhas dado os requerimentos mínimos de experiência. Como as mulheres solteiras são mais representativas no segmento de mulheres jovens e as casadas mais representativas no das mulheres

5 O atual debate sobre contratos de trabalho por tempo determinado mostrou um problema prático apontado pelos empresários na imprensa. A extensão da duração da licença maternidade para 4 meses não foi acompanhada de uma extensão do antigo contrato temporário, que durava apenas 3 meses, um fato que causou problemas administrativos.

mais maduras, é possível inferir uma dinâmica de segregação ocupacional entre casadas e solteiras totalmente independente dos choques institucionais anteriormente mencionados.

Neste trabalho pretendemos utilizar várias medidas de mensuração da segregação ocupacional, explorando suas propriedades para tentar inferir o papel das mudanças institucionais na licença maternidade sobre a dinâmica desses indicadores. A seguir descreveremos a base de dados utilizada, assim como as tipologias ou classificações ocupacionais, os indicadores de segregação ocupacional com suas propriedades e, por fim, analisaremos os resultados.

2 BASE DE DADOS

Os índices de segregação foram calculados utilizando-se dados extraídos dos Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1970 – amostra 1%, 1980 – amostra 3% e 1991 – amostra 12,5%, no universo das mulheres ocupadas casadas e solteiras, que têm entre 10 e 49 anos.

3 CLASSIFICAÇÃO OCUPACIONAL

A metodologia proposta pretende observar as tendências da segregação ocupacional entre mulheres casadas e solteiras, o que determina a necessidade de se definir grupos ocupacionais. Duas tipologias serão utilizadas. A primeira foi construída tendo como referência o grupo ocupacional mais agregado do Censo Demográfico de 91. A segunda é composta pelas categorias sócio-ocupacionais desenvolvidas pelo IBGE, publicadas no Mapa do Mercado de Trabalho do Brasil.

A classificação agregada de grupos ocupacionais com base no Censo Demográfico de 1991 apresenta os seguintes 10 grupos agregados de ocupações: grupo 1 (ocupações administrativas), grupo 2 (técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas), grupo 3 (agropecuária e produção extrativa vegetal e animal), grupo 4 (produção extrativa mineral), grupo 5 (indústrias de transformação e construção civil), grupo 6 (comércio e atividades auxiliares), grupo 7 (transportes e

comunicação), grupo 8 (prestação de serviços), grupo 9 (defesa nacional e segurança pública) e grupo 10 (outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas).

Já a tipologia de categorias sócio-ocupacionais foi elaborada baseando-se principalmente em três variáveis classificatórias: posição na ocupação, ocupação e setor de atividade. Foram criadas as categorias "trabalhadores domésticos", "empregados públicos", "empregados particulares", "empregadores", "trabalhadores por conta própria", "não remunerados". Os trabalhadores domésticos foram considerados uma categoria à parte, devido à especificidade das relações de trabalho que mantêm com seus empregadores. Os empregados foram desagregados como públicos e particulares, devido às diferenças nas condições de trabalho, sobretudo no que se refere à estabilidade no emprego. A identificação dos empregados públicos foi feita através dos setores de atividade. Foi necessário desagregar os empregados e os conta própria de acordo com o grau de instrução formal requerido para o exercício de cada ocupação, estratificando-os em três níveis: nível superior e gerencial, nível médio e nível manual. Os doze grupos de categorias sócio-ocupacionais são: grupo 1 (empregador), grupo 2 (empregado em ocupações de nível superior e gerenciais – particular), grupo 3 (empregado em ocupações de nível superior e gerenciais – público), grupo 4 (empregado em ocupações de nível médio – particular), grupo 5 (empregado em ocupações de nível médio – público), grupo 6 (empregado em ocupações manuais – particular), grupo 7 (empregado em ocupações manuais – público), grupo 8 (autônomo em ocupações de nível superior e gerenciais), grupo 9 (autônomo em ocupações de nível médio), grupo 10 (autônomo em ocupações manuais), grupo 11 (trabalhador doméstico), grupo 12 (não remunerado).

Um aspecto a ser considerado na análise das ocupações do Censo ao longo dessas três décadas é o fato de que muitas delas foram redefinidas, provocando mudanças no número de categorias ocupacionais e nos seus códigos. Tal fato impossibilitaria a comparação dos dados e a análise das tendências, tornando necessária a compatibilização das ocupações dos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991. Outro aspecto importante é detalhamento da classificação ocupacional, dado que os índices utilizados são sensíveis ao número de categorias utilizadas. Quanto mais ampla a classificação ocupacional, mais provável é a subestimação da segregação ocupacional e quanto mais refinada a classificação, maiores são as chances de se estimar correta-

mente o nível da segregação ocupacional (Oliveira, 1997). Neste trabalho utilizamos o mesmo número de unidades ocupacionais para todas as tipologias, embora o número de grupos ocupacionais varie para cada uma delas: dez e doze grupos respectivamente.

4 MEDIDAS DE SEGREGAÇÃO OCUPACIONAL

Os métodos utilizados para mensurar as mudanças na segregação ocupacional são os índice de dissimilaridade de Duncan & Duncan, o índice de dissimilaridade padronizado pelo tamanho e um índice de associação global. Todos os índices discutidos a seguir são de alguma forma utilizados pela literatura sociológica sobre segregação ocupacional e estratificação social, sendo que a forma de tratamento aqui apresentada segue inteiramente a visão e síntese apresentada por Oliveira (1997). Exceto pela mudança de nomenclatura para contextualizar, o leitor é referido ao trabalho acima para um maior detalhamento dos índices.

4.1 Um indicador descritivo

Algumas vezes torna-se necessário descrever a estrutura ocupacional para melhor interpretar os resultados sintéticos apresentados pelos índices de segregação. Um indicador importantes nessa linha é a razão entre mulheres casadas e solteiras em cada grupo ocupacional. A razão entre mulheres casadas e solteiras em cada ocupação é dada pela equação 1:

$$CSj = \frac{Cj}{Sj} \qquad (1)$$

onde: Cj = número de mulheres casadas no grupo ocupacional j;
Sj = número de mulheres solteiras no grupo ocupacional j.

4.2 Índice de dissimilaridade de Duncan & Duncan (D)

O índice de dissimilaridade de Duncan & Duncan compara as distribuições de mulheres casadas e solteiras em todos os grupos

ocupacionais. É interpretado como a proporção de mulheres casadas ou solteiras que teriam que trocar de ocupações de modo que a razão entre casadas e solteiras de cada grupo ocupacional fosse igual à razão entre casadas e solteiras na força de trabalho como um todo. A variação deste índice independe da evolução da razão entre casadas e solteiras no tempo, mas depende das mudanças temporais ocorridas na estrutura ocupacional. O índice D eqüivale à metade da soma das diferenças absolutas entre proporção de mulheres casadas e solteiras para cada grupo de ocupação e é expresso pela equação 2:

$$D = \sum_{j=1}^{J} \left| \left(\frac{Cj}{C}\right) - \left(\frac{Sj}{S}\right) \right| . 100 . \frac{1}{2} \qquad (2)$$

4.3 Índice de dissimilaridade padronizado pelo tamanho (Ds)

O índice de dissimilaridade padronizado é calculado sobre um número fixo de categorias ocupacionais comparáveis, permitindo que o efeito da estrutura ocupacional seja controlado. A variação temporal deste índice independe das mudanças na estrutura ocupacional, mas é afetada pelas mudanças na razão entre casadas e solteiras. O índice é expresso pela equação 3.

$$Ds = \sum_{j=1}^{J} \left| \left[\frac{\left(\frac{Cj}{Tj}\right)}{\sum_{j=1}^{J}\left(\frac{Cj}{Tj}\right)} \right] - \left[\frac{\left(\frac{Sj}{Tj}\right)}{\sum_{j=1}^{J}\left(\frac{Sj}{Tj}\right)} \right] \right| . 100 . \frac{1}{2} \qquad (3)$$

onde: Tj = número total de mulheres casadas e solteiras no grupo j;

J = número total de grupos ocupacionais;

$\left(\frac{Cj}{Tj}\right)$ = proporção de mulheres casadas no grupo j;

$\left(\frac{Sj}{Tj}\right)$ = proporção de mulheres solteiras no grupo j.

4.4 Índice de associação global

Em Oliveira (1997) há um detalhamento de como este índice de associação global é derivado de um modelo log-linear saturado, fazendo com que o termo interativo do modelo log-linear seja o índice de associação global, medindo a segregação independentemente das variações nas duas margens: a razão casadas/solteiras e a estrutura ocupacional. Esta medida de segregação que é independente das variações nas duas margens pode ser calculada sem a necessidade de estimativa do modelo log-linear saturado.

Três índices são desenvolvidos (rj, vj e R) para o cálculo deste índice de associação global (A).

O índice rj é a média dos logaritmos das razões casadas/solteiras entre os vários grupos ocupacionais e é expresso pela equação 4:

$$rj = \frac{1}{j}\left[\sum_{j=1}^{J} \ln\left(\frac{Cj}{Sj}\right)\right] \tag{4}$$

O índice vj representa os desvios da razão das casadas sobre as solteiras no grupo de ocupações j em relação à razão média de todos os grupos de ocupações. O parâmetro de segregação entre casadas e solteiras vj é expresso pela equação 5:

$$vj = \ln\left(\frac{Cj}{Sj}\right) - rj \tag{5}$$

O índice R fornece a média da soma dos desvios de cada grupo de ocupação em relação à representação do status conjugal. Uma perfeita integração entre casadas e solteiras implica em R=0 e exp(R) = 1. R é expresso pela equação 6:

$$R = \frac{1}{J} \cdot \sum_{j=1}^{J} \left| \ln\left(\frac{Cj}{Sj}\right) - \left[\frac{1}{j}\sum_{j=1}^{J} \ln\left(\frac{Cj}{Sj}\right)\right] \right| \tag{6}$$

O índice A é uma transformação de R, onde a raiz do quadrado deste indicador é exponenciada. Como A não depende das mudanças nas margens, este é um índice adequado para comparar momentos com diferentes estruturas ocupacionais. A é expresso pela equação 7:

$$A = \exp\left\{ \frac{1}{J} \cdot \sum_{j=1}^{J} \left\{ \ln\left(\frac{Cj}{Sj}\right) - \left[\frac{1}{J}\sum_{j=1}^{J} \ln\left(\frac{Cj}{Sj}\right)\right]\right\}^2 \right\}^{1/2} \qquad (7)$$

5 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE SEGREGAÇÃO NAS DUAS CATEGORIAS OCUPACIONAIS

O índice de dissimilaridade de Duncan & Duncan (Duncan) e o índice de dissimilaridade padronizado pelo tamanho (Ds) fornecem o primeiro parâmetro de comparação. Como vimos, o índice Duncan controla pela razão entre as casadas e solteiras, sendo utilizado para comparar períodos com diferentes razões de casadas e solteiras na força de trabalho. Duncan não controla por mudanças nos tamanhos dos grupos de ocupação.

A Tabela 1 contém os dados para a análise dos índices de segregação, segundo a tipologia do Censo Demográfico de 1991. De acordo com o índice Duncan em 1970, a segregação ocupacional só seria eliminada se 21,32% das mulheres casadas ou das mulheres solteiras mudassem de ocupação, de modo que a razão entre casadas e solteiras nos grupos ocupacionais se tornasse igual à razão entre casadas e solteiras na força de trabalho como um todo. Em 1980 essa proporção cai para 14,28%, indicando um declínio de 33,05% na segregação ocupacional por status conjugal. De 1980 para 1991, o declínio observado é bem menor, cerca de 12,52% e a proporção de casadas ou solteiras que teriam que trocar de estrato ocupacional é 12,49%. Como o índice de Duncan não controla pelas mudanças na estrutura ocupacional, este resultado indica que a mudança na estrutura ocupacional entre 1970 e 1980 favoreceu os grupos ocupacionais mais integrados.

Tabela1

ÍNDICE DE DISSIMILARIDADE DE DUNCAN & DUNCAN (D),
ÍNDICE DE DISSIMILARIDADE PADRONIZADO PELO TAMANHO (Ds),
ÍNDICE DE ASSOCIAÇÃO GLOBAL (A) DAS MULHERES OCUPADAS,
TIPOLOGIA DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991
BRASIL – 1970, 1980, 1991

	1970	1980	1991	70/80 (%)	80/91 (%)
DUNCAN	21,32	14,28	12,49	–33,05	–12,52
Ds	22,59	10,88	11,33	–51,85	4,16
A	2,55	1,65	1,37	–35,36	–16,63
rj	–0,75	–0,42	0,19	–44,12	–144,66

Fonte: Tabulações especiais dos Censos Demográficos, 1970, 1980 e 1991.

Como vimos, o índice Ds controla por mudanças no tamanho das categorias ocupacionais, uma vez que assume o mesmo tamanho para todos os grupos ocupacionais, mas não controla as mudanças na razão entre casadas e solteiras na força de trabalho. Em 1970, 22,59% deveriam trocar de estratos ocupacionais para que as proporções entre casadas e solteiras fossem idênticas, se todos os estratos empregassem o mesmo número de mulheres. Esse indicador cai para 10,88% em 1980 e sobe para 11,33% em 1991. A variação na relação entre casadas e solteiras em cada estrato ocupacional favoreceu um declínio em Ds no período 1970/1980, mas houve uma elevação no período 1980/1991.

O índice de associação global sob modelo log-linear saturado, A, controla por mudanças na estrutura ocupacional e na composição por sexo da força de trabalho, revelando o fator pelo qual as mulheres casadas são representadas desproporcionalmente em média nos grupos ocupacionais. O índice A já havia diminuído de 2,55 em 1970 para 1,65 em 1980, atingindo 1,37 em 1991. A taxa de decréscimo é maior na primeira década, conforme a tendência da maior parte dos indicadores calculados. O índice rj representa o efeito do status conjugal. Esse efeito aumenta no decorrer do período de –0,75 em 1970, para –0,42% em 1980 e em 1991 é de 0,19.

Os dados para a análise da segregação ocupacional, segundo a tipologia de categorias sócio-ocupacionais estão apresentados na Tabela 2. Os valores calculados em 1970, para Duncan, indicam que

a segregação ocupacional seria eliminada se 32,96% das mulheres casadas ou das mulheres solteiras mudassem de ocupação, igualando a razão entre casadas e solteiras dos grupos ocupacionais à da força de trabalho como um todo. Em 1980, 28,03% teriam que mudar de ocupação para que as razões se igualassem e em 1991 essa proporção diminui para 25,63%. Novamente a queda da segregação no período 70/80 (14,95%) é maior do que a do período 80/91 (8,56%). As mudanças nos índices de Duncan indicam que as categorias sócio-ocupacionais mais integradas apresentaram maior crescimento entre 1970 e 1980 do que na segunda década.

Tabela 2

ÍNDICE DE DISSIMILARIDADE DE DUNCAN & DUNCAN (D),
ÍNDICE DE DISSIMILARIDADE PADRONIZADO PELO TAMANHO (D_S),
ÍNDICE DE ASSOCIAÇÃO GLOBAL (A) DAS MULHERES OCUPADAS,
TIPOLOGIA DE CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS
BRASIL – 1970, 1980, 1991

	1970	1980	1991	70/80 (%)	80/91 (%)
DUNCAN	32,96	28,03	25,63	–14,95	–8,56
Ds	33,95	30,15	24,71	–11,20	–18,05
A	2,67	2,14	2,27	–19,84	5,81
rj	–0,35	0,10	0,50	–130,20	378,13

Fonte: Tabulações especiais dos Censos Demográficos,1970, 1980 e 1991

Os resultados obtidos para o índice Ds indicam que em 1970, 33,95% das casadas ou das solteiras teriam que mudar de grupo para que a proporção entre casadas e solteiras dos grupos ocupacionais fosse igual à do total da força de trabalho, assumindo que todos os grupos ocupacionais empregassem o mesmo número de mulheres. A variação na relação entre casadas e solteiras em cada estrato sócio-ocupacional influencia a queda em Ds entre 1970 e 1980, esta queda foi ainda maior entre 1980 e 1991 – passou de 11,20% no primeiro período para 18,05% no segundo.

Lembramos que o índice de associação global sob modelo log-linear saturado, A, controla por mudanças na estrutura ocupacional e na composição por sexo da força de trabalho, revelando o fator pelo qual as mulheres casadas são representadas desproporcionalmente em média nos grupos ocupacionais. O índice A cai de 2,67 em 1970

para 2,14 em 1980, voltando a aumentar para 2,27 em 1991. A segregação declina na primeira década, seguindo a tendência de todos os indicadores mostrados na Tabela 1 e dos índices D e Ds na Tabela 2, mas há um aumento na segregação medido por A na década de oitenta, contrariando as tendências dos demais indicadores de segregação nas Tabelas 1 e 2. O índice rj representa o efeito do status conjugal. Esse efeito aumenta no decorrer do período de –0,35 em 1970, para 0,10 em 1980 e chega em 1991 a 0,50.

Comparando a variação dos indicadores de segregação ocupacional calculados para as duas tipologias durante as duas décadas, pode-se inferir que na primeira década, a queda na segregação ocupacional é muito maior na tipologia do Censo Demográfico de 91 (Tabela 1) do que na tipologia das categorias sócio-ocupacionais (Tabela 2) – um resultado válido para todos os índices. Já na segunda década (anos 80), a diferença é menor no caso de Duncan, mas a direção é contrária no caso de Ds – chega a aumentar no caso da Tabela 1 e diminui muito no caso da Tabela 2. Além disso, durante a década de 80, há uma discrepância no índice de associação global (A), que cai na tipologia do Censo Demográfico de 91 e aumenta na tipologia das categorias sócio-ocupacionais.

Dos resultados apresentados nas Tabelas 1 e 2, pode-se inferir que houve um substancial declínio na segregação ocupacional durante os anos 70. Parte significativa dessa queda na segregação ocupacional por status conjugal não se deveu ao impacto das margens, ou seja, ao impacto do aumento na participação de casadas no total de ocupadas ou ao impacto da mudança verificada na estrutura ocupacional durante o período – conforme nos indica o índice A. Sendo assim, parece bastante plausível que o declínio na segregação ocupacional, captado pelo índice de associação global (A), possa ter sido influenciado pela mudança na legislação sobre licença maternidade. O ritmo de queda na segregação conjugal declina nos anos 80 para a maioria dos indicadores e tipologias, chegando a aumentar no caso de Ds para a tipologia do Censo de 91 e do índice A para a categoria sócio-ocupacional. Os números parecem corroborar a proposição de que a primeira mudança na legislação sobre licença maternidade teria favorecido uma queda na segregação ocupacional por status conjugal enquanto a segunda mudança teria favorecido um aumento nessa segregação. O índice A é o indicador de mudanças na segregação que independe do efeito das margens, reforçando o resultado.

Para melhor entender e qualificar a dinâmica dos índices de segregação anteriormente descritos, vamos analisar a alocação das mulheres casadas e solteiras nos grupos ocupacionais de acordo com alguns indicadores descritivos aplicados para as duas tipologias.

6 A RAZÃO ENTRE MULHERES CASADAS E SOLTEIRAS

A razão entre mulheres casadas e solteiras indica os grupos ocupacionais predominantemente preenchidos por mulheres casadas (razão muito maior do que 1), por mulheres solteiras (razões próximas de 0) e os grupos ocupacionais integrados (razões próximas de 1). A mudança na razão por status conjugal afeta diretamente a variação no índice de segregação Ds, sendo controlada nos índices Duncan e A. Os dados apresentados nas Tabelas 3 e 4 são auto-explicativos e dispensam uma análise descritiva detalhada. Devemos ressaltar que a variação positiva observada no comportamento desta razão entre casadas e solteiras reflete o aumento na participação feminina das mulheres casadas. Constatamos uma tendência de convergência desta razão para valores próximos de 1 no caso das ocupações especializadas em solteiras em 1970, e um aumento na especialização dos grupos de ocupações com alguma integração ou até mesmo especialização em casadas no ano de 1970.

A Figura 1 mostra o crescente aumento da participação das mulheres casadas no conjunto de ocupadas, de acordo com a tipologia do Censo Demográfico de 91. As casadas quem eram minoria em 1970, apresentam aumento de sua participação em todos os grupos ocupacionais, em 1991, sendo que os estratos de ocupação tipicamente especializadas em casadas em 91 são Técnicas e Assemelhadas; Agropecuária, Produção Extrativa Vegetal e Animal; Produção Extrativa Mineral; Indústria de Transformação e Construção Civil; Defesa Nacional e Segurança Pública, e Outras Ocupações mal definidas. Os seguintes estratos de ocupações eram tipicamente de solteiras em 1970 e se tornaram integrados em 1991: Comércio e Atividades Auxiliares; Transportes e Comunicação; e Prestação de Serviços. As tendências observadas na Figura 1 ajudam a explicar o comportamento de Ds na Tabela 1, entre 1970 e 1980 as casadas aumentam mais a participação nos estratos ocupacionais onde havia predominância de solteiras, enquanto entre 1980 e 1991 há um crescimento na direção de estratos tipicamente com predominância das casadas.

Tabela 3

COEFICIENTE DA RAZÃO ENTRE MULHERES CASADAS
E MULHERES SOLTEIRAS DO TOTAL DA FORÇA DE TRABALHO OCUPADA,
SEGUNDO O GRUPO DE OCUPAÇÃO,
TIPOLOGIA DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991
BRASIL – 1970, 1980, 1991

Grupo de ocupação	**1970**	**1980**	**1991**	**70/80 (%)**	**80/91 (%)**
Administrativas	0,47	0,47	0,84	0,29	78,29
Técnicas, Cient., Artíst. e Assemelhadas	0,85	1,27	1,60	49,75	25,15
Agropec. e da Prod. Extrat. Vegetal e Animal	0,41	0,76	1,47	88,57	92,28
Produção Extrativa Mineral	0,94	0,76	1,28	–19,20	68,20
Ind. de Transformação e Construção Civil	0,51	0,75	1,38	48,39	83,26
Comércio e Atividades Auxiliares	0,22	0,58	0,94	161,11	61,44
Transportes e Comunicação	0,59	0,53	0,96	–10,47	81,67
Prestação de Serviços	0,21	0,51	0,89	138,26	75,51
Defesa Nacional e Segurança Pública	1,07	0,59	1,24	–45,21	111,44
Outras ocup., mal definidas ou não declaradas	0,25	0,64	1,85	159,44	189,04
Total	*0,38*	*0,66*	*1,09*	*71,19*	*65,38*

Fonte: Tabulações especiais dos Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991.

Tabela 4

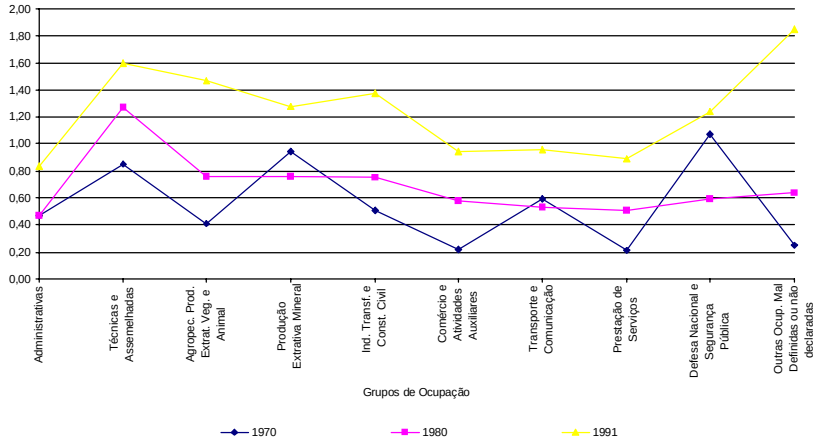
COEFICIENTE DA RAZÃO ENTRE MULHERES CASADAS
E MULHERES SOLTEIRAS DO TOTAL DA FORÇA DE TRABALHO OCUPADA,
SEGUNDO O GRUPO DE OCUPAÇÃO,
TIPOLOGIA DAS CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS,
BRASIL – 1970, 1980, 1991

Categoria sócio ocupacional	**1970**	**1980**	**1991**	**70/80 (%)**	**80/91 (%)**
Empregador	2,93	3,39	4,50	15,59	32,80
Emp. Nível Superior Particular	0,66	0,88	1,14	34,45	28,90
Emp. Nível Superior Público	1,15	1,73	2,17	50,51	25,39
Emp. Nível Médio Particular	0,26	0,39	0,62	47,76	59,22
Emp. Nível Médio Público	1,04	1,27	1,74	22,17	36,82
Emp. Nível Manual Particular	0,31	0,58	0,93	87,40	61,31
Emp. Nível Manual Público	1,79	2,66	4,24	48,78	59,17
Autônomo Nível Superior	2,37	1,45	1,76	–38,82	21,25
Autônomo Nível Médio	0,59	1,51	1,75	155,20	16,03
Autônomo Nível Manual	0,80	2,31	3,33	189,30	44,12
Trabalhador Doméstico	0,12	0,26	0,57	124,69	118,15
Não Remunerado	0,36	0,68	1,48	88,17	117,57
Total	*0,38*	*0,66*	*1,09*	*71,19*	*65,56*

Fonte: Tabulações especiais dos Censos Demográficos,1970, 1980 e 1991.

Figura 1

COEFICIENTES DA RELAÇÃO ENTRE MULHERES CASADAS
E MULHERES SOLTEIRAS NO TOTAL DA FORÇA DE TRABALHO OCUPADA,
SEGUNDO OS GRUPOS DE OCUPAÇÃO,
TIPOLOGIA DO CENSO DE 1991
BRASIL – 1970, 1980, 1991

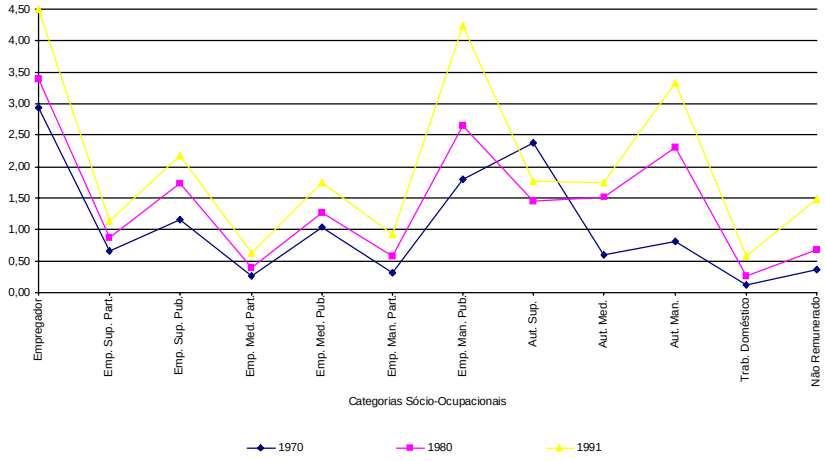


Fonte: Tabulações especiais dos Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991.

A Figura 2 mostra a evolução da razão casadas/solteiras de acordo com a tipologia de categorias sócio-ocupacionais em 1970, 1980 e 1991. Além do crescimento da razão ao longo do tempo, o gráfico mostra que a maioria dos estratos em 1991 são ou integrados ou tipicamente de casadas. Os estratos empregada em ocupações de nível médio-particular e trabalhadoras domésticas são os únicos ainda tipicamente de solteiras em 1991. O estrato empregadas em ocupações manuais – particular passa de tipicamente de solteiras em 1970 para totalmente integrada em 1991. Já os estratos empregadas em ocupações de nível superior e gerenciais – particular tinha mais solteiras em 1970, embora não sendo exclusivamente de solteiras, e torna-se totalmente integrada em 1991. Os estratos sócio-ocupacionais das empregadas no setor privado são particularmente importantes nesse trabalho, por causa da análise do possível impacto da licença maternidade sobre a segregação ocupacional por status conjugal. Observamos que há um crescimento na relação casadas e solteiras no dois períodos e na maioria dos estratos. O resultado líquido foi uma crescente queda na segregação ocupacional medida por Ds.

Figura 2

COEFICIENTES DA RELAÇÃO ENTRE MULHERES CASADAS
E MULHERES SOLTEIRAS NO TOTAL DA FORÇA DE TRABALHO OCUPADA,
SEGUNDO OS GRUPOS DE OCUPAÇÃO,
TIPOLOGIA DAS CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS
BRASIL – 1970, 1980, 1991



Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991.

7 A VARIAÇÃO NA ESTRUTURA DOS ESTRATOS OCUPACIONAIS

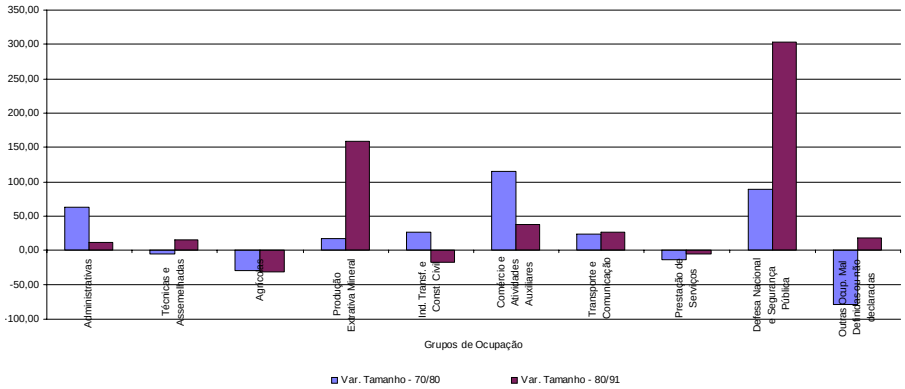
A variação e o tamanho da estrutura dos estratos ocupacionais é importante componente da segregação ocupacional, notadamente naqueles índices que não controlam pelo efeito marginal da estrutural ocupacional – como é o caso do índice de Duncan. Dois elementos são importantes para essa dinâmica: a variação no tamanho relativo dos grupos de ocupação e o tamanho relativo de cada grupo.

A Figura 3 mostra as variações nos tamanhos relativos dos estratos de ocupação para a tipologia do Censo de 91. Entre 1970 e 1980, os estratos ocupacionais Administrativas, Produção Extrativa Mineral, Indústria de Transformação e Construção Civil, Comércio e Atividades Auxiliares, Transporte e Comunicação, e Defesa Nacional e Segurança Pública Mineral aumentaram sua participação relativa

no total de ocupados. Os estratos Técnicas e Assemelhadas, Agropecuária e Produção Extrativa Vegetal e Animal, Prestação de Serviços, e Outras Ocupações mal definidas diminuem sua participação. Já no período que vai de 1980 a 1991, todos os estratos apresentaram uma aumento em sua participação, exceto os estratos de Agropecuária e Produção Extrativa Vegetal e Animal, Indústria de Transformação e Construção Civil e Prestação de Serviços.

Figura 3

DISTRIBUIÇÃO DO TAMANHO RELATIVO DOS GRUPOS
NO TOTAL DE MULHERES OCUPADAS
TIPOLOGIA DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991
BRASIL – 1970, 1980, 1991



Fonte: Tabulações especiais dos Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991.

Como o índice de Duncan cai no período, é possível inferir que os estratos com ganho de participação relativa são mais integrados por status conjugal, enquanto os estratos com perda de participação relativa eram mais segregados. A queda no índice de Duncan é bem maior na primeira década analisada. De acordo com a Tabela 5, o estrato de prestação de serviços era o mais importante para o total de ocupadas em 1970 (35%), seguido do estrato de Agropecuária e Produção Extrativa Vegetal e Animal (19%), Técnicas e Assemelhadas (16%), Indústria de Transformação e Construção Civil (11%) e Administrativas (10%).

Tabela 5

VARIAÇÃO DO TAMANHO DOS GRUPOS NO TOTAL DA FORÇA DE TRABALHO OCUPADA, SEGUNDO O GRUPO DE OCUPAÇÃO, TIPOLOGIA DO CENSO DE 1991
BRASIL – 1970, 1980, 1991

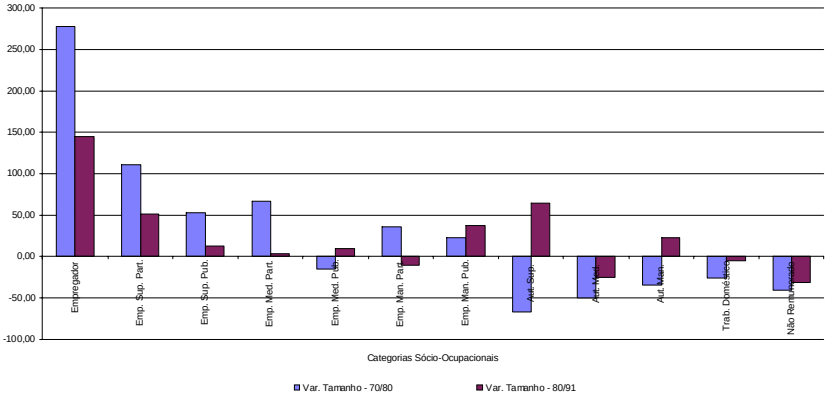
Grupo de ocupação	**1970**	**1980**	**1991**	**70/80 (%)**	**80/91 (%)**
Administrativas	0,10	0,17	0,19	62,40	11,27
Técnicas, Cient., Artíst. e Assemelhadas	0,16	0,15	0,17	–4,94	15,27
Agropec. e da Prod. Extrat. Vegetal e Animal	0,19	0,13	0,09	–29,66	–31,45
Produção Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	16,70	158,51
Ind. de Transformação e Construção Civil	0,11	0,14	0,11	26,80	–17,35
Comércio e Atividades Auxiliares	0,04	0,08	0,12	114,04	38,13
Transportes e Comunicação	0,01	0,01	0,01	23,34	26,50
Prestação de Serviços	0,35	0,31	0,29	–13,23	–4,48
Defesa Nacional e Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	88,46	303,71
Outras ocup., mal definidas ou não declaradas	*0,04*	*0,01*	*0,01*	*–79,14*	*18,02*

Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos, 1970, 1980 e 1991.

A Figura 4 mostra a relação entre as variações nos tamanhos relativos dos estratos ocupacionais para o caso da tipologia de categorias sócio-ocupacionais. Entre 1970 e 1980 quase todos os estratos sócio-ocupacionais aumentam a sua participação relativa no total de mulheres ocupadas. Os maiores crescimentos são das categorias autônomas de nível médio, empregadoras e empregadas de nível superior particular. De acordo com a Tabela 6, as categorias de maior participação relativa na ocupação feminina de 1970 são as trabalhadoras domésticas (29%), as empregadas de nível manual particular (19%), as empregadas de nível médio público (12%) e as autônomas de nível manual (12%). Algumas categorias apresentaram crescimento elevado de participação relativa entre 1980 e 1991: as empregadoras, as autônomas de nível superior, as empregadas de nível superior particular e as empregadas de nível manual público. As empregadas de nível manual particular, as autônomas de nível médio, e as trabalhadoras não remuneradas são das poucas categorias que apresentaram mudança negativa na participação relativa. A queda no índice de Duncan foi maior na primeira década do que na segunda década, um fato que deve estar indicando uma mudança na direção dos estratos mais integrados.

Figura 4

VARIAÇÃO DO TAMANHO DAS CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS
NO TOTAL DE MULHERES OCUPADAS
BRASIL – 1970, 1980, 1991



Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 6

VARIAÇÃO DO TAMANHO
DOS GRUPOS NO TOTAL DA FORÇA DE TRABALHO OCUPADA,
SEGUNDO O GRUPO DE OCUPAÇÃO,
TIPOLOGIA DO CENSO DE 1991
BRASIL – 1970, 1980, 1991

Grupo de ocupação	**1970**	**1980**	**1991**	**70/80 (%)**	**80/91 (%)**
Empregador	0,00	0,01	0,02	278,15	144,45
Emp. Nível Superior Particular	0,01	0,02	0,03	110,83	51,43
Emp. Nível Superior Público	0,02	0,03	0,03	53,21	12,63
Emp. Nível Médio Particular	0,10	0,16	0,17	66,68	2,83
Emp. Nível Médio Público	0,12	0,10	0,11	–15,72	9,00
Emp. Nível Manual Particular	0,19	0,26	0,23	34,98	–9,94
Emp. Nível Manual Público	0,02	0,02	0,03	22,78	37,73
Autônomo Nível Superior	0,01	0,00	0,01	–67,02	64,41
Autônomo Nível Médio	0,00	0,03	0,02	695,83	–24,88
Autônomo Nível Manual	0,12	0,08	0,10	–34,11	23,28
Trabalhador doméstico	0,29	0,21	0,20	–26,17	–5,50
Não remunerado	0,12	0,07	0,05	–40,96	–31,29

Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos,1970, 1980 e 1991.

8 ANÁLISE DOS Vjs

Vj é o efeito do desvio das casadas e solteiras de um estrato j em relação à razão média de casadas e solteiras de todos os estratos ocupacionais. Como vimos anteriormente, Vj está relacionado ao cálculo do índice de segregação A. Iniciamos com a análise da tipologia do Censo Demográfico de 91. Os valores positivos indicam sobre-representação das mulheres casadas e ocorrem nos três anos, nos grupos de ocupações Técnicas e Assemelhadas, Produção Extrativa Mineral e Indústria de Transformação e Construção Civil. Já os valores negativos indicam sobre-representação das solteiras e ocorre nas ocupações Comércio e Atividades Auxiliares e Prestação de Serviços.

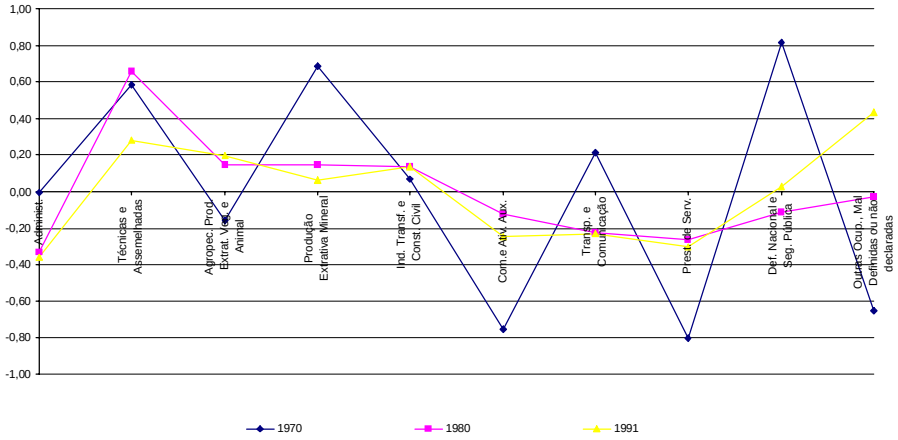
Dos estratos onde há sobre-representação das casadas, entre 1970, 1980 e 1991 alguns apresentam diminuição dessa tendência, como as ocupações Técnicas e Assemelhadas e Extrativa Mineral, enquanto outras aprofundam essa tendência, como as ocupações da Indústria de Transformação e Construção Civil. Nos estratos onde ocorre sobre-representação das solteiras ocorre diminuição da sobre-representação, no período 70/80 e uma pequena elevação no período 80/91, o caso das categorias comércio e atividades auxiliares e prestação de serviços são particularmente importantes. No estrato de ocupações administrativas a sobre-representação das solteiras aumenta. Relacionando estes resultados com a dinâmica de A, tudo indica que sua queda nas duas décadas está associada com a queda na sobre-representação de casadas nos estratos de Produção Extrativa e Mineral e Defesa Nacional e Segurança Pública, assim como a queda na sobre-representação de solteiras nos setores Comércio e Atividades e Auxiliares e Prestação de Serviços (Figura 5).

Analisando a evolução de Vj para o caso da tipologia de categorias sócio-ocupacionais, notamos um declínio nos valores de sobre-representação dos estratos onde inicialmente ocorre sobre-representação das casadas, exceto nos estratos autônomo manual e empregado público manual. Nos estratos onde existe sobre-representação das solteiras também ocorre diminuição desta sobre-representação, exceto nos estratos empregada médio particular e empregada superior particular, sendo que neste último a sobre-representação aumenta nos dois períodos. Alguns casos de destaque são os casos das trabalhadoras domésticas, das empregadas manual particular e das trabalhadoras não remuneradas, todas com grande sobre-representação das solteiras

no primeiro ano e com forte declínio durante o período – pelo menos as empregadas manual particular são afetadas pela li- cença maternidade. A visualização gráfica das tendências confirmam um declínio muito menor nessa tipologia do que na tipologia do Censo 91, fato apontado pelas tendências de A já analisadas.

Figura 5

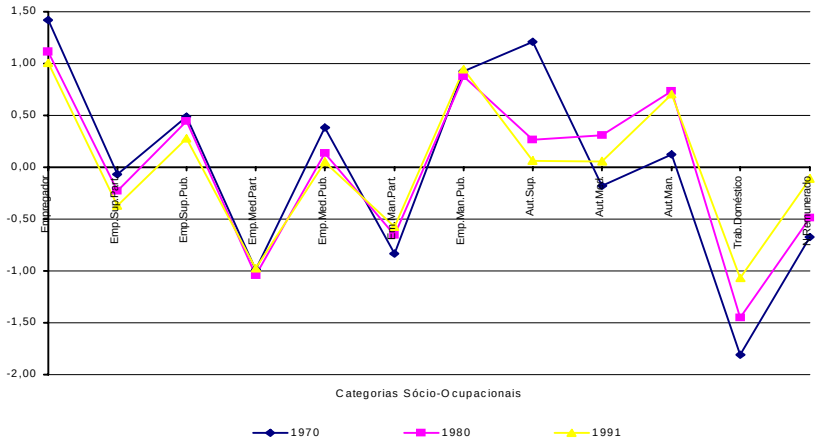
PARÂMETROS DOS NÍVEIS DE SEGREGAÇÃO
POR *STATUS* CONJUGAL (Vj),
SEGUNDO A TIPOLOGIA DO CENSO DE 1991
BRASIL – 1970, 1980, 1991



Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos,1970, 1980 e 1991.

Figura 6

PARÂMETROS DOS NÍVEIS DE SEGREGAÇÃO
POR *STATUS* CONJUGAL ESPECÍFICOS (Vj)
SEGUNDO AS CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS
BRASIL – 1970, 1980, 1991



Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos,1970, 1980 e 1991.

9 COMENTÁRIOS FINAIS

Este trabalho fez um exercício não usual. Analisamos a evolução, ao longo de duas décadas, da segregação ocupacional das mulheres seguindo o corte por status conjugal. A literatura que trata da segregação ocupacional privilegia a análise de gênero e/ou de raça. Nosso intuito foi aplicar este instrumento para uma situação temporal marcada pela crescente participação da mulher casada no total de ocupadas e por mudanças institucionais associadas à licença maternidade que ocorreram durante as décadas de 70 e 80. Os indicadores de medida da segregação ocupacional e as duas tipologias utilizadas viablizaram uma descrição desta dinâmica, assim como dos possíveis papéis jogados por seus componentes.

Os resultados mais importantes do trabalho foram apresentados nas duas primeiras tabelas. Estes resultados mostram um

inequívoco declínio na segregação ocupacional por status conjugal no período entre 1970 e 1980. Este é o período em que ocorre uma mudança fundamental na legislação sobre licença maternidade, mudança essa que favorece o maior emprego das mulheres casadas. Não é possível atribuir essa queda exclusivamente à mudança institucional mencionada, mudanças nas margens ("razão entre mulheres casadas e solteiras" e "estrutura ocupacional") podem ter desempenhado algum papel. Os resultados obtidos com a estimativa do índice A são independentes das mudanças nas margens. Estes resultados mostram uma queda maior na primeira década, e uma queda menor na segunda (tipologia do Censo Demográfico de 91) ou até mesmo aumento da segregação (tipologia das categorias sócio-ocupacionais). No caso do índice A, parece razoável sugerir que as mudanças na regulação da licença maternidade deve ter contribuído para a queda na segregação. É importante destacar que outros fatores associados à dinâmica da ocupação entre casadas e solteiras, como o ciclo de vida ocupacional, também podem ter exercido influência independente na dinâmica dos índices de segregação por status conjugal.

Ao compararmos as duas tipologias ocupacionais, percebemos uma maior sensibilidade da tipologia do Censo Demográfico de 91 à queda nos índices de segregação, quando comparado à tipologia de categorias sócio-ocupacionais – esta maior sensibilidade é mais espetacular na primeira década de estudo. De fato, a análise dos estratos ocupacionais das duas tipologias no que tange à razão mulheres casadas e solteiras e ao indicador Vj mostra uma tendência muito maior à redução nas disparidades no caso dos estratos do censo demográfico do que no caso dos estratos sócio-ocupacionais. Cumpre ressaltar que os estratos sócio-ocupacionais englobam as dimensões de posição na ocupação e qualificação, sendo que os estratos de empregados privados devem ser aqueles mais sensíveis à mudança na licença maternidade. Há alguma evidência desta tendência na análise de Vj, mas os dados estão longe de ser conclusivos.

Finalmente, devemos destacar o ponto importante de que nem sempre a segregação diminui devido a uma queda na sobre-representação de mulheres solteiras e o conseqüente aumento nas casadas. Diversos estratos eram sobre-representados por mulheres casadas, e a tendência temporal foi exatamente de queda em favor das mulheres solteiras.

10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARSTED, L. A. L., LAVINAS, L. *Direitos trabalhistas da mulher*. Relatório Final de Pesquisa, IPEA, 1997. (Mimeogr.).

CARRION, V. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*. São Paulo: Editora Saraiva, 1997.

MAPA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, n. 2, 1994.

OLIVEIRA, A. M. H. C. *A segregação ocupacional por sexo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1997. (Dissertação de Mestrado em Demografia).

RIOS-NETO, E. L. G., WAJNMAN, S. Participação feminina na População Economicamente Ativa: alternativas para projeções de nível e padrão. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 203-234, ago. 1994.

-----. O impacto das crianças sobre a participação feminina na PEA: o caso das mulheres casadas urbanas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. *Anais*... Belo Horizonte: ABEP, 1996.